

**ATL
2024**

(Org.)
Carmen Lúcia Silva Lima
Evangelina da Silva Sousa
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento



Caderno Iconográfico

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2024



cançãoeiro

Caderno Iconográfico

**ACAMPAMENTO
TERRA LIVRE 2024**

Caderno Iconográfico

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2024



cançãoeiro

EXPEDIENTE**Realização**

Ministério dos Povos Indígenas

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Sônia Guajajara

Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas

Eloy Terena

Coordenação do Projetos de Pesquisa

Carmen Lúcia Silva Lima
Evangelina da Silva Sousa
Flávia Lorene Sampaio Barbosa
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Pesquisadores Externos

Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno
Luiz Felipe dos Santos Pinto Garcia
Nathaly Conceição Munarini Otero
Marlise Mirta Rosa
Tédney Moreira da Silva

Pesquisadores UFPI

Amélia Raquel Lima Solano (Antropóloga)
Carlos Eduardo Mourão da Rocha (Revisor Textual)

Copyright © 2026 by Carmen Lúcia Silva Lima, Evangelina da Silva Sousa, Flávia Lorene Sampaio Barbosa, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (org.).

Todos os direitos reservados

Projeto gráfico

Ronyere Ferreira
Carmen Lúcia Silva Lima

Diagramação

Pedro Paulo Machado

Capa

Alexandre Mesquita

CANCIONEIRO**Editores**

Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Ronyere Ferreira

Conselho editorial

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Caderno Iconográfico Acampamento Terra Livre 2024 / Carmen Lúcia Silva Lima,
Evangelina da Silva Sousa, Flávia Lorene Sampaio Barbosa, Raimundo Nonato Ferreira
do Nascimento (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2026.

108 p. il.

ISBN: 978-65-5330-108-5

1. Povos Indígenas – Brasil 2. Mobilização Indígena 3. Conflitos fundiários
4. Territorialidade 5. Políticas Públicas I. Título

CDD: 980

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Carmen Lúcia Silva Lima
Evangelina da Silva Sousa
Flávia Lorene Sampaio Barbosa
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Caderno Iconográfico
ACAMPAMENTO
TERRA LIVRE 2024



cançoneiro

À MEMÓRIA DE MRE GAVIÃO



**GRANDE GUERREIRO DA
COMUNICAÇÃO QUE FEZ DA
IMAGEM UM ATO DE
RESISTÊNCIA.**

Dedicamos este Caderno Iconográfico à memória de Kumreiti Cardoso Kiné, Mre Gavião, da aldeia Krijoherê, da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins. Kumreiti nasceu em 4 de abril de 1997 e se encantou no dia 4 de maio de 2025.

O Acampamento Terra Livre foi um marco em sua trajetória profissional. Em 2017, realizou sua primeira cobertura do evento com um celular e se destacou pela criatividade e pela habilidade na produção de registros audiovisuais.

Em 2023, tornou-se fotógrafo oficial da Assessoria de Comunicação do Ministério dos Povos Indígenas, atuando de forma exemplar e sendo reconhecido como um dos maiores comunicadores e fotógrafos indígenas do Brasil.

SUMÁRIO

- 1 - Apresentação.....10**
- 2 - O Ministério dos Povos Indígenas veio para ficar!.....17**
- 3 - Caderno Iconográfico: memória visual do ATL 2024.....24**
- 4 - ATL 20 anos!.....40**
- 5 - Nosso Marco é Ancestral.....63**
- 6 - Nós sempre estaremos aqui!.....82**

1 - Apresentação

O Acampamento Terra Livre - ATL tornou-se o maior evento de mobilização indígena do Brasil, um espaço de luta, encontro e articulação política dos povos de todas as regiões do país. Organizado e realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com as organizações regionais de base: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste), Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu), Comissão Guarani Yvyrupa, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho do Povo Terena, o evento evidencia a vitalidade das mobilizações étnicas constituídas contemporaneamente.

O Caderno Iconográfico ATL 2024 é uma obra produzida no âmbito do projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas”, que contou com a equipe técnica formada por Carmen Lúcia Silva Lima (Coordenadora da Pesquisa), Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (Coordenador Adjunto da Pesquisa), Flávia Lorene Sampaio Barbosa (Coordenadora Financeira) e Evangelina da Silva Sousa (Coordenadora de Projetos), constituída pelo Ato da Reitoria N.º 193, de 06 de fevereiro de 2024.

O projeto, em andamento, contempla a realização de pesquisa antropológica voltada à produção de dados para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Conforme delineamentos da pesquisa, as áreas de atuação ministerial abordadas são os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, o acompanhamento de casos, a produção científica e de eventos de alto nível. A pesquisa responde uma demanda do MPI, atendida pela UFPI mediante a celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O Caderno Iconográfico ATL 2024 é constituído por fotografias pertencentes ao acervo da Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) do Ministério dos Povos Indígenas, formada por uma equipe multiprofissional que registra as ações do ministério. Trata-se, portanto, de uma narrativa visual situada no âmbito de um órgão da Administração Federal, criado em janeiro de 2023. Kumreiti Cardoso Kiné, Mre Gavião, destacou-se por sua atuação exemplar como fotógrafo e comunicador da Ascom. Falecido em 4 de maio de 2025, é a ele que dedicamos esta publicação.

Além das fotografias, são apresentadas falas extraídas de fontes do MPI e da Articulação dos Povos Indígenas – APIB, que transmitiu o evento pelas suas redes sociais. Após a análise crite-

riosa das fontes, selecionamos as que julgamos mais representativas para ilustrar a narrativa visual do ATL. Em síntese, as palavras proferidas evidenciam o protagonismo indígena durante as atividades do evento.

Em termos de estrutura, iniciamos com “O Ministério dos Povos Indígenas veio para ficar!”, constituído do pronunciamento da Ministra Sonia Guajajara, durante a Sessão Solene do ATL 2024, na Câmara dos Deputados. Por meio de uma exposição forte e emocionada, ela destaca que o Acampamento Terra Livre completou 20 anos como um marco histórico e afirma que o ATL se consolidou como a maior mobilização indígena do Brasil e do mundo. Para ela, essa trajetória é resultado de resistência coletiva, construída com muito enfrentamento e dor, mas também com esperança. Sabiamente, ela reforça que ocupar cargos não afasta a luta, mas amplia a responsabilidade de dar voz aos que ainda seguem invisibilizados.

Em seguida, “Caderno Iconográfico: memória visual do ATL 2024”, de autoria de Carmen Lúcia Silva Lima, apresenta o caderno como um registro visual e histórico do Acampamento Terra Livre. Para a autora, a fotografia é uma forma de registro da memória, produção de significados e construção de conhecimento. Neste sentido, o Caderno Iconográfico do ATL 2024 é concebido como uma narrativa visual construída a partir de escolhas intencionais, orientadas pelo significado político e simbólico do ATL e pela atuação do Ministério dos Povos Indígenas nesse espaço de luta.

As partes seguintes, “ATL 20 anos!”, “Nosso Marco é ancestral!” e “Nós sempre estaremos aqui!”, abrigam a iconografia da obra. Além das fotografias, são apresentadas as falas que evidenciam o significado do evento na percepção indígena. A combinação das falas e imagens possibilita, ainda, conhecer as conquistas, as lutas travadas, os problemas e as demandas coletivas.

Em relação às fontes do MPI, merecem destaque as decorrentes da atuação dos pesquisadores, que acompanharam a realização das atividades da programação do evento. Os bolsistas Tédney Moreira da Silva, Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno, Nathaly Conceição Munarini Otero, Luiz Felipe dos Santos Pinto Garcia e Marlise Mirta Rosa produziram dados de grande valia. Eles participaram ativamente nas plenárias, espaço de escuta de lideranças indígenas ameaçadas, e produziram relatórios sobre os conteúdos abordados durante o evento. O trabalho realizado pelos bolsistas foi pertinente para o êxito da pesquisa e tem sido oportuno por fornecer informações relevantes para a atuação do MPI.

Finalizamos desejando que o Caderno Iconográfico ATL 2024 seja um registro eficaz da diversidade indígena e da beleza de suas culturas. Que, por meio desta publicação, a sociedade possa conhecer e escutar as lutas e as principais reivindicações dos povos indígenas na atualidade.

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2026.

Carmen Lúcia Silva Lima

Evangelina da Silva Sousa

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento



**2 - 0 Ministério dos Povos
Indígenas veio para ficar!**



“O Ministério dos Povos Indígenas veio para ficar!”.

Ministra Sônia Guajajara, Sessão solene do ATL 2024.

Quero saudar aqui todas as lideranças indígenas presentes no Acampamento Terra Livre. Quero saudar aqui todas as organizações regionais dos seis biomas brasileiros. Quero saudar aqui a coordenação executiva da APIB. Quero saudar aqui todos os parlamentares ainda presentes e agradecer por aqueles que já passaram aqui e tiveram que cumprir outras agendas. Saudar todos os parceiros, parceiras, aliados, aliadas da causa indígena. A imprensa que está aqui, é importante registrar para mostrar essa força da luta dos povos indígenas. E quero especialmente saudar aqui todas as mulheres indígenas presentes.

Saudar também a força da juventude indígena que se coloca de pé para lutar por um futuro da humanidade. E trazer um abraço especial a todos os caciques e cacicas que se mantêm firmes nessa resistência em defesa não só dos direitos dos povos indígenas, mas em defesa da vida.

Gente, hoje, aqui é o momento de registrar mais um marco da história. São 20 anos de Acampamento Terra Livre. 20 anos que a gente chega em Brasília com essa força, com essa grande mobilização, que não é mais só a maior mobilização indígena do Brasil, o Acampamento Terra Livre já se tornou a maior mobilização indígena do mundo.

E aproveito para saudar também os parentes e parentas que vieram aqui participar de outros países, que, juntos com a gente, tornam essa ala mais forte. E eu tenho muito orgulho, muito orgulho de estar aqui hoje falando enquanto ministra indígena do Estado brasileiro. Isso é uma conquista dessa mobilização. É uma conquista dessa luta dos povos indígenas.

Nós um dia acreditamos que era possível avançar muito mais. E hoje nós estamos aqui. E tenho ainda muito mais orgulho de falar que desses 20 anos de Acampamento Terra Livre, 10 anos eu estive com outras lideranças do Brasil à frente dessa grande mobilização. É uma história que fica para as próximas gerações. E foi com essa força coletiva que nós temos hoje o Ministério dos Povos Indígenas. É com essa força coletiva que nós conseguimos ter pela primeira vez na história a primeira presidência da Funai indígena. E é com essa força que nós conseguimos transformar a Fundação Nacional do Índio para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Pode parecer nada para muita gente, pode parecer insignificante, mas para nós, quando fala Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nós estamos valorizando a pluriétnicidade do Brasil, a diversidade de povos, de territórios, de cultura, que enriquece o nosso país. E é exatamente essa diversidade que precisa ser reconhecida e utilizada pelos nossos governantes, pelo parlamento brasileiro, como uma grande estratégia para valorizar cada vez mais o nosso país.

Nós, somos povos originários, nós somos povos de 1500, mas nós somos principalmente o povo do presente. Que hoje nós não somos somente uma pauta, lutamos por uma causa. Nós somos a constituição desse país. Somos nós que instituimos o povo brasileiro. Então é com muito orgulho que hoje eu volto aqui nesta tribuna enquanto ministra de Estado, onde tantas vezes eu pude estar aqui falando também contra o garimpo ilegal, contra a mineração dos territórios indígenas, contra a exploração dos nossos territórios, contra a violação dos nossos direitos.

Quantas vezes nós chegamos aqui com os olhos cheios de lágrimas com spray de pimenta que eram jogados em nós aqui nessa entrada? Quantas vezes nós chegamos aqui com marcas de bala de borracha? Quantas vezes nós tivemos que brigar aqui para poder trazer essa diversidade de povos para este plenário. E, que eu me lembre, antes de nós assumirmos esse lugar, aqui no parlamento, na Sesai, na Funai e no Ministério, nós chegamos aqui, gente, em 2013. Quem não se lembra aqui a nossa fama, quando chegamos aqui em 2013? Quando nós, em movimento aqui na Esplanada, chegamos aqui neste plenário na luta contra a PEC-215, na marra. Chegamos aqui na marra.

Está aqui o Marcelo Pankararu, que tomou a frente naquele momento junto com os guerreiros de Pernambuco; e junto veio o canto Guajajara. Junto foi chegando todo mundo ali com a força do

Nordeste, da Amazônia, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, e nós entramos aqui nessa porta. E nós conseguimos, naquele momento, impedir a aprovação da PEC-215. Quando não sentia mais nenhuma esperança, a gente conseguiu barrar a PEC-215.

Então, meus parentes e minhas parentas, não percamos nunca a nossa esperança. Como Marquinhos Xukuru falou aqui, a nossa luta é infinita. É infinita! Nós chegamos hoje a ocupar lugar no parlamento com mais presença indígena. Nós chegamos hoje no poder executivo, estamos hoje ocupando cargos estratégicos no Governo Federal, mas não é o cargo que nos mantém nesse lugar. O que nos mantém nesse lugar é a necessidade de continuar dando voz a tantos parentes ainda invisibilizados e que são expulsos das suas terras. Há tantos parentes que continuam morrendo pela violação e pela violência do agronegócio, lutando contra o garimpo e pela garantia dos nossos territórios. E é com essa mesma força que a gente se mantém de pé; com essa força de vocês, que chegam em Brasília dizendo que nós ainda temos muito a fazer. Nós ainda temos muito a conquistar.

O Ministério dos Povos Indígenas foi um passo muito importante. Precisa ainda chegar muito mais longe. E foi com essa decisão que, em 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib, fez o chamado para Aldear a Política. O Aldear a Política teve um recorte das mulheres indígenas com o chamado para a bancada do Cocar.

E foi com essa decisão, com essa coragem do povo indígena do Brasil, para impedir um genocídio que estava em curso no governo passado, que nós conseguimos eleger três mulheres indígenas para este parlamento. E estamos nós aqui, presentes nessa mesa, hoje, presidindo a sessão com Célia Xakriabá, Juliana Cardoso Terena e Sonia Guajajara, que é ministra, mas é também deputada federal.

E nós precisamos avançar ainda mais com o fortalecimento das candidaturas indígenas nos nossos estados. Precisamos avançar esse ano nas eleições municipais para eleger vereadores, vereadoras, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos nos nossos municípios. Porque é com essa base eleitoral que nós vamos poder aumentar o número de representantes indígenas neste Congresso Nacional. Nós precisamos aqui de mais vozes. Nós estamos aqui enfrentando os maiores desafios da história, mas nós estamos aqui com a legitimidade para fazer essa luta. Ainda não é suficiente, precisamos avançar com mais presença indígena aqui no Congresso Nacional e eleger a primeira indígena ou o primeiro indígena deputado estadual. Porque nós ainda não conseguimos eleger nenhum parlamentar estadual. E a gente precisa dessa força, dessa coragem, dessa união de estarmos juntos agora para continuar fortalecendo o que nós conquistamos. E a partir daqui, juntos, a gente continuar defendendo os nossos territórios contra o garimpo ilegal, contra a mineração dos territórios indígenas e continuar defendendo a vida, que é o que nós sabemos fazer. Marco temporal, não!

Ministra Sonia Guajajara

Sessão solene em homenagem à 20ª edição do ATL



**3 - Caderno Iconográfico:
memória visual do ATL 2024**

Caderno Iconográfico: memória visual do ATL 2024

Carmen Lúcia Silva Lima¹

“A fotografia permite ver o que não tivemos tempo de ver, porque ela fixa. E mais, ela memoriza, ela é memória” (Pierre Verger, 1993).

Desde os seus primórdios, a Antropologia fez uso de imagens. Bronislaw Malinowski, Franz Boas, Evans-Pritchard, Margaret Mead e Gregory Bateson são nomes que exemplificam bem esse uso em suas produções. A fotografia era utilizada como um registro técnico, servindo para comprovar a presença do pesquisador em campo e atestar a existência da alteridade. Nesse contexto, tornou-se um documento visual oportuno para registrar pessoas, costumes e lugares. Contudo, inexistia a preocupação com o significado das imagens ou com o modo como haviam sido produzidas; a imagem ainda não era concebida como produtora de conhecimento em si mesma.

Com o passar do tempo, a fotografia passou a ser concebida como algo que produz sentidos, indo além do registro de ações observadas. O poder da imagem ganhou evidência na medida em que se percebeu a capacidade de mostrar detalhes do cotidiano, práticas culturais e relações sociais que escapam ou passam despercebidas no registro textual.

1. Antropóloga docente da Universidade Federal do Piauí. E-mail: carmen.lima@ufpi.edu.br

A recorrência desse uso da fotografia no campo da Antropologia está relacionada à eficácia que possui na produção de informações etnográficas capazes de comunicar alteridades e situações diversas. Por meio das fotografias, é possível criar a memória visual do que foi vivido e observado, documentar momentos, pessoas, lugares e práticas situadas no tempo e no espaço.

Diante do exposto, o Caderno Iconográfico ATL 2024 representa a construção da memória visual do maior evento do movimento indígena no Brasil. Constituído de 89 fotografias do acervo da Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), deve ser concebido como um documento que registra um momento privilegiado de manifestação da resistência dos povos indígenas que perdura por mais de 500 anos.

No processo de seleção das fotografias, levei em consideração o significado do Acampamento Terra Livre para os povos indígenas e a atuação do Ministério nesse espaço de luta. Em decorrência disso, o registro apresentado está carregado de intencionalidades e envolve escolhas. É um documento, produto de uma pesquisa demandada pelo MPI, que, ao mesmo tempo, se converte em instrumento e narrativa política voltada ao bem viver dos povos indígenas. Nas imagens, a diversidade e a beleza da cultura e identidade indígena são afirmadas, ao mesmo tempo em que as denúncias de violação de direitos são apresentadas.

Para situar devidamente esta obra, é importante destacar que os profissionais da Ascom são os autores das fotografias, que registram uma interpretação da realidade observada por eles no exercício da função de servidores do MPI. Nesse sentido, a narrativa presente no Caderno Iconográfico é uma construção que parte da agência dos autores das fotografias. Os documentos visuais selecionados e aqui apresentados vão além de mera ilustração. Para entender o que isso significa, é importante considerar as possibilidades de uso da fotografia no campo da Antropologia.

As fotografias na Antropologia

No estudo *Balinese Character*, de Gregory Bateson e Margaret Mead (1942), a fotografia foi utilizada como instrumento central de observação antropológica. As fotos se tornaram um caderno de campo visual, o que possibilitou muitas análises posteriores. Embora Bateson e Mead tenham combinado fotografias, legendas e textos, as imagens produzidas evidenciaram autonomia analítica. Por meio delas, constatou-se a possibilidade de conhecer, analisar e até mesmo produzir teoria (Freire, 2006).

Peter Loizos (2002) reflete sobre o uso de fotografias, filmes e vídeos como documentos legítimos de pesquisa nas ciências sociais. Acertadamente, ele defende que imagens não são meras ilustrações que complementam o texto escrito e afirma que são fontes de dados em si, capazes de produzir conhecimento. Para ele, as imagens não são neutras, pois são produzidas a partir de escolhas, tais como o enquadramento, momento do registro e até mesmo a distância. Em decorrência disso, as fotografias devem ser analisadas de forma crítica, considerando a autoria, o contexto e os objetivos. Outra contribuição importante do autor é a afirmação de que as imagens são passíveis de múltiplas leituras. Ao mesmo tempo que são dotadas de objetividade, abrigam diferentes formas de produzir sentido.

Uma análise histórica da constituição da Antropologia Visual no Brasil é apresentada por Etienne Samain (2006). O autor oferece reflexões teóricas pertinentes sobre o uso da fotografia. Ele também critica o uso da imagem como mero suporte ilustrativo, pois a concebe como produtora de conhecimento, capaz de tornar o mundo mais compreensível. Em sua percepção, é preciso aprender a ver e pensar em imagens para que a Antropologia possa compreender a complexidade das culturas humanas para além do domínio restrito da escrita.

Glauco Fernandes Machado (2009) destaca que as imagens, inicialmente vistas apenas como ilustração passaram a ser entendidas como documentos históricos, carregados de intenções, escolhas e contextos de produção. Nesse sentido, uma imagem diz tanto sobre quem é retratado quanto sobre quem a produziu. Ele argumenta que a imagem não é um reflexo fiel da realidade. Ela é construída, seleciona enquadramentos, momentos e sentidos. Em decorrência disso, precisa ser interpretada, assim como um texto. Na Antropologia, essa concepção proporcionou o fortalecimento da Antropologia Visual, que passou a tratar fotografias, assim como registros audiovisuais, como formas legítimas de produção de conhecimento.

Cornélia Eckert (2012) também apresenta uma contribuição importante ao discutir como a Antropologia, historicamente concebida como uma "disciplina de palavras", passou a integrar as formas visuais como parte constituinte do seu fazer científico. Ela destaca que a imagem possui uma dimensão cognitiva própria, capaz de revelar aspectos da realidade social que a escrita, por vezes, não alcança.

As breves percepções apresentadas sobre a fotografia são oportunas para entendermos a produção do Caderno Iconográfico ATL 2024. O uso das imagens presentes nesta obra tem como pressuposto a capacidade que as imagens possuem de comunicar o significado do evento para as organizações indígenas e para o MPI.

Vale destacar que este é um acontecimento histórico bastante relevante por comemorar os 20 anos de existência do ATL.

20 anos do Acampamento Terra Livre

Realizado entre os dias 22 e 26 de abril de 2024, o 20º Acampamento Terra Livre marcou uma trajetória histórica considerada bem-sucedida. A cada ano, o evento vem conseguindo mobilizar um número crescente de participantes. Manifestando o compromisso com a defesa dos direitos indígenas, nesta edição, o ATL adotou o tema “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui!”, que teve como inspiração a sabedoria tradicional que perpassa gerações.

O ATL é mais que um encontro; é como a confluência de muitos rios e que se juntam unindo a diversidade da nossa resistência para fortalecer o nosso compromisso ‘comum’ dos Povos Indígenas, em proteger os nossos direitos e celebrar a vida e o bem viver! (Apib, 2024, p. 67).

É um evento organizado e realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas sete organizações: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Conselho do Povo Terena; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu). O ATL é um acontecimento que mostra a vitalidade da etnicidade indígena manifesta na diversidade dos povos, assim como na capacidade de organização do movimento indígena brasileiro articulado pela APIB.

Organizações que compõem a Apib



Fonte: Apib.

Significativamente, a Apib é fruto do Acampamento Terra Livre (ATL), já que foi nesse espaço que despontou a necessidade da sua criação. No ATL 2004, surgiu essa inspiração, sendo formalmente constituída no mês de novembro desse ano. Desde então, a Apib se firmou como a mais importante instância de junção e referência do movimento indígena brasileiro e o ATL como a maior atividade de mobilização indígena. O número cada vez maior de participantes atesta a relevância contínua do evento. Em 2004, o primeiro evento contou com a presença de 150 pessoas. 20 anos depois, estima-se que o número de participantes tenha ultrapassado 8 mil pessoas.

A metodologia do ATL 2024 foi inspirada na linha do tempo, concebida com uma ferramenta que permitiu vislumbrar o histórico e a trajetória de resistência do movimento indígena.

Reconhecendo as limitações de produzir memória através de uma 'linha do tempo', as lideranças debateram criticamente a representação unidirecional da história, evocando a perspectiva da "Cobra do Tempo" e a importância de abordar a luta indígena não como uma progressão linear, mas como um túnel de memórias que conecta passado, presente e futuro (Apib, 2024, p. 9).

A Apib (2024) afirma que, no processo de preparação do acampamento, as lideranças destacaram a necessidade de registrar e preservar a memória das lutas indígenas, como forma de reconhecimento das conquistas e momentos históricos. Fundamentada na escuta ativa dos anciãos e anciãs, que são guardiões do passado e do futuro, a construção da memória do evento deveria refletir as diversas realidades regionais e a riqueza das culturas indígenas. Para materializar essa inspi-

ração, a identidade visual contemplou a perspectiva do serpentear do tempo e do caminho sinuoso do rio da luta. A proposta visual construída pela Comunicação da Apib teve como inspiração a “Cobra do Tempo”, obra do artista indígena Denilson Baniwa.

Visando a organização do ATL, a Coordenação Geral atua em conjunto com a Equipe Jurídica. Equipes de trabalho foram constituídas e compostas por lideranças, apoiadores e voluntários. Comissões foram criadas durante o Encontro Estratégico da Comunicação Apib, realizado em 2023, e começaram a trabalhar pelo menos 6 meses antes do evento.

Para a estruturação do funcionamento do evento, foram criadas comissões. A Comissão de Coordenação do Acampamento Terra Livre é o núcleo político e orientador, composta pela Coordenação Executiva da Apib e liderada pelos coordenadores representantes de cada organização regional de base. Além dela, foram compostas a Comissão da Trajetória, a Comissão de Comunicação, a Comissão de Segurança, a Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos, a Comissão de Saúde, a Comissão de Sistematização de Pautas e Redação Política, dentre outras.

Identidade visual do ATL 2024



Fonte: Apib.

A programação abrigou atividades políticas, formativas, culturais e espirituais. O primeiro dia foi dedicado ao acolhimento das delegações indígenas, à montagem do acampamento, aos rituais e à plenária de abertura. Nos dias seguintes, as plenárias foram constituídas de debate sobre questões centrais para o movimento indígena, tais como demarcação de terras, enfrentamento ao marco temporal, políticas públicas, saúde, educação indígena e proteção ambiental. Houve, ainda, atividades específicas com mulheres indígenas, juventudes e lideranças tradicionais, além de marchas e atos públicos em Brasília, com incidência direta junto aos poderes do Estado e reuniões estratégicas com organizações parceiras e representantes institucionais. Todo o acampamento foi permeado pela espiritualidade, cantos, danças, rituais e pinturas corporais. Por meio dessas manifestações, ganhou visibilidade a relação entre a ancestralidade, a identidade coletiva e a luta política.

As plenárias evidenciaram o vigor das vozes indígenas que ecoaram nos debates empreendidos. Nelas foram apresentadas diversas denúncias e relatos de violações de direitos. As principais pautas de mobilização, como a demarcação de terras, o enfrentamento ao marco temporal e as políticas indigenistas, foram intensamente debatidas, resultando em encaminhamentos e construção de estratégias de luta. O diálogo entre povos de diferentes regiões fortaleceu todas as organizações, possibilitando parcerias e a constituição de uma agenda de luta compartilhada pelo movimento indígena.

Foi central o debate sobre o Marco Temporal, visto com preocupação por favorecer o aumento da violência contra os indígenas. Conforme a Apib, desde a aprovação da lei nº 14.701, no dia 14 de dezembro 2023, até o mês da realização do ATL, 9 lideranças indígenas foram assassinadas e 23 conflitos em territórios eclodiram em sete estados.

Merecem destaque os documentos produzidos durante o evento. A “Carta aos Três Poderes” expressou a posição coletiva dos povos indígenas diante do Estado brasileiro, reafirmando a centralidade da luta pela garantia dos direitos constitucionais e denunciando a continuidade das violações aos direitos territoriais, a lentidão e a paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas, assim como os efeitos do marco temporal. Além disso, a Carta apresentou uma crítica às iniciativas legislativas e judiciais consideradas inconstitucionais, que colocam em risco a existência dos povos indígenas.

Em “Terra, Tempo e Luta - Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil”, denunciaram a situação de emergência vivida pelos povos indígenas em decorrência das violações de direitos, conflitos territoriais e ameaças à vida e dos ataques aos territórios indígenas, impulsionados pelo agronegócio, pela mineração, por grandes empreendimentos e por iniciativas que colocam em risco a vida dos povos indígenas, os ecossistemas e o equilíbrio ambiental do país.

O “Manifesto Indígena LGBTQIAP+” abordou o orgulho das identidades sexuais e de gênero indígenas, percebidas como ferramentas de luta política articuladas à defesa dos territórios. Além disso, reivindicou a Terra Livre como condição fundamental para a afirmação das identidades LGBTQIAP+ indígenas.

Conclusão

O ATL é uma expressão incontestável da resistência indígena que vem sendo forjada ao longo de mais de 524 anos. Como bem registrou a Apib (2024), ao longo dos tempos, os povos indígenas no Brasil elaboraram uma compreensão crescente das pautas comuns. Regionalmente, unificaram os esforços voltados à defesa dos territórios e dos direitos específicos. Nacionalmente, por meio da articulação de diferentes povos, a luta por políticas públicas diferenciadas se fortaleceu. A construção de alianças na esfera regional e nacional promoveu a unidade e fortaleceu o movimento indígena, favorecendo, ao longo desses últimos 20 anos, a construção do ATL.

Que o Caderno Iconográfico ATL 2024 seja uma forma eficaz de comunicar essa história e de contribuir para a divulgação da memória desse evento admirável. Que as imagens apresentadas sejam capazes de comunicar a grandeza da mobilização étnica indígena protagonizada durante esse acontecimento e que os leitores tenham a sensibilidade para compreender, por meio delas, a importância dos povos indígenas.

Referências

APIB. Revista Acampamento Terra Livre 2024 – Nosso Marco é ancestral. Sempre estivemos aqui! Brasília: Apib, 2024.

ECKERT, C. Antropologia visual e o campo dos conceitos. In: RUBIM, C. R. (org.). Iluminando a face escura da lua: homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 137-146.

FREIRE, Marcius. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em "Balinese Character. A Photographic Analysis". Alceu. Revista de Comunicação, Cultura e Política, v. 7, 2006. p. 60 – 72.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: Bauer M.W.; 2002.

MACHADO, Glauco Fernandes. Os significados das imagens fílmicas: um diálogo com os índios Kapinawá. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MEAD, Margaret; BATESON, Gregory. Balinese Character – A Photographic Analysis. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

SAMAIN, Etienne. Antropologia visual e fotografia no Brasil: vinte anos e muitos mais. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 49, n. 1, p. 133-164, 2006.

4 - ATL 20 anos!

ATL 20 anos, ferramenta de luta e resistência do movimento indígena brasileiro... A gente iniciou o acampamento há 20 anos atrás com 200 pessoas e hoje temos um público de quase 8 mil pessoas... Então, nesse processo de luta e resistência, o Acampamento Terra Livre se tornou essa ferramenta de luta e resistência, de mobilização para que o movimento indígena brasileiro, para que os povos indígenas no Brasil pudessem pautar as suas demandas, cobrar do Estado brasileiro, do Governo Federal, dos governos estaduais, do Poder Judiciário, do Legislativo. Seja no âmbito federal, estadual, municipal, a gente pautar as nossas demandas, para reivindicar os nossos direitos, as políticas públicas mais próximas da realidade de cada povo indígena em cada região.

Kleber Karipuna, Coordenador Executivo da Apib

A ocupação dos espaços que nós estamos ocupando no governo federal, no Ministério dos Povos Indígenas, na Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Sesai é resultado aqui do Acampamento Terra Livre e da mobilização do movimento indígena brasileiro. Então quem está à frente dessas organizações, elas estão porque houve uma mobilização, uma articulação. É resultado dessa luta, nós não estamos descolados desse chão aqui, dessa luta.

Weiber Tapeba, Secretário da Sesai

É uma satisfação estar aqui mais uma vez, uma satisfação ainda maior por estar nesse acampamento. Eu tive a oportunidade de participar de quase todos, não participei de todos, mas de quase todos os Acampamentos Terra Livre, que aconteceram aqui em Brasília. Alguns acampamentos foram momentos tensos, muitos de vocês que estão aqui presenciaram os tiros, as bombas que eram lançados contra nós, quando nós estávamos reivindicando os nossos direitos. Mas nós nunca baixamos a nossa cabeça e nunca desistimos de fazer a nossa luta. Somos esse povo guerreiro, tudo que conseguimos até o dia de hoje foi com resistência, com luta, com derramamento de sangue.

Paulo Tupinikim, Coordenador Geral da Apoinme

Então, pessoal, eu acho que esse momento, o marco de 20 anos, eu não vou colocar como divisor de águas, eu vou colocar como o reforço da nossa luta, o momento que nós vamos pontuar e pautar o governo brasileiro para os processos de demarcações, para as políticas públicas, para a proteção dos isolados, para o fortalecimento das instituições que trabalham com a pauta indígena, que militam com a pauta indígena – o Ministério dos Povos Indígenas, a Funai e a Sesai – para que seja criada uma secretaria específica de educação para os povos indígenas dentro do Ministério da Educação, entre outras políticas, que nós somos merecedores, nós somos detentores de direitos... Nós temos uma missão que foi dada pelas nossas bases, e que essa missão nós temos por obrigação passar para o governo e para a população no geral, que nós existimos e vamos resistir até o último índio, coisa que não vai acontecer, porque tentaram por esses 524 anos nos exterminar com a políticas genocidas, com a política de colonização que só muda o nome; quando cria leis, quando cria mecanismos para tentar nos atacar. Mas nós resistimos até agora e vamos continuar. Diante disso, pessoal, eu vou gritar aqui, espero que vocês me acompanhem: Demarcação, demarcação, demarcação! E diga ao povo que avance.

Dinamam Tuxá, Coordenador Executivo da Apib

Dizer parentes que nunca mais um Brasil sem nós e saudar os 20 anos de Acampamento Terra Livre. Para quem não conhece a história do ATL, há 20 anos atrás, em 2004, vinha delegações de Roraima, do Rio Grande do Sul, do Nordeste. Lideranças que hoje estão aqui presentes. Eu me lembro muito bem que a primeira demanda que os povos indígenas trouxeram para Brasília foi a demarcação das terras indígenas. Roraima trouxe uma faixa enorme que dizia Assembleia Terra Livre e esse nome deu o nome a esse acampamento.

Joenia Wapichana, Presidenta da Funai

Acredito que, nesses 20 anos de ATL, embora tenhamos muito que avançar, é importante comemorar todo o passo dado e conquistado, desde a candidatura e eleições de parentes como nossas deputadas e a ministra que está aqui, como também aqueles e aquelas que corajosamente têm se colocado à disposição para disputar uma campanha eleitoral, seja nos seus municípios, seja nos seus estados. Acho que marcando esses 20 anos de Acampamento Terra Livre, muitas candidaturas foram formadas aqui, dentro dessa instância. Nos próximos 20 anos, que isso possa ser algo frequente, que a candidatura e a eleição de um parente indígena não seja a exceção, mas a regra.

Samara Pataxó, Assessora-chefe de Inclusão e Diversidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Os inimigos que estão lá fora tentando a todo custo inviabilizar esse projeto de vida que nós lutamos. E é por isso Sonia Guajajara que nós estamos aqui para dar esse apoio e esse reforço e dizer que o Acampamento está junto com você para que nós façamos essa luta acontecer, sabe. Nós não vamos dar um passo atrás de forma alguma, vamos avançar é daí para a frente. Nós precisamos ocupar esse espaço, precisamos ir pras ruas sim, ir para o ministério e mostrar que as terras precisam demarcadas, se for necessário fazer a autodemarcação, assim fazendo como nós sempre fizemos, ocupando os espaços, seja aqui em Brasília, seja nas nossas regiões. E é por isso que estamos aqui. Fico muito feliz estar junto com vocês fazendo parte dessa história. Precisamos avançar muito mais e diga ao povo que avance, avançaremos! Vamos pra luta! Vamos avançar, porque nós temos que ir à frente cada vez mais.

Cacique Marcos Xukuru





































5 - Nosso Marco é Ancestral

O ATL é a nossa maior mobilização do mundo. Nossa história não começa em 1500. São cinco séculos de violência e opressão, mas nós mulheres e homens indígenas, os nossos anciãos e as nossas crianças, continuamos em resistência. Porque nós mulheres somos originárias deste país e somos a mãe do Brasil. Nós também fomos violentadas pelos colonizadores e continuamos sendo pelo racismo que é imputado aos nossos povos. Nossos corpos continuam sendo violentados e as nossas terras são estupradas cotidianamente pelo garimpo, pelo desmatamento e pelo arrendamento, no caso do Sul do Brasil. Seguimos resistindo pelas nossas filhas, pelos nossos filhos, por nós e por aquelas que nos antecederam, porque a nossa força é movida pela nossa ancestralidade pelos nossos Encantados e pela nossa encantaria.

Joziléia Kaingang, Diretora da Anmiga

Continuamos tendo nossos direitos violados e isso acontece pelo agronegócio, pelo poder econômico que tem sempre a questão de transformar em mercadorias nossos territórios. E isso é o que vai nos levar à barbárie da nossa sociedade. Quando a gente fala que o futuro é ancestral é porque sem essa nossa ancestralidade, não haverá futuro nenhum. E nós precisamos nos mobilizar todos os anos com o ATL para trazer nossos direitos em pauta, para que seja demonstrado a importância da questão indígena para todo o Brasil, uma questão que não envolve apenas o nosso país, mas também toda a nossa sociedade e todo o Mundo.

Ricardo Terena, Arpinsudeste

Vamos juntas, fortalecidas, lutando. Não é fácil, eu sei. Dói, a gente chora, a gente sabe do sangue derramado da nossa ancestralidade.

Mas a gente tem que lutar pelo fim da grilagem das terras, da extração ilegal da madeira e do crime organizado, do garimpo, da contaminação do solo indígena com mercúrio e contra todo tipo de agrotóxico que contamina as nossas terras indígenas. Viva o nosso povo! Viva a nossa ancestralidade!

Deputada Juliana Cardoso

O Acampamento Terra Livre é um momento onde a gente se reúne e realinha as estratégias. E a mensagem que eu queria deixar aqui para vocês é que o texto constitucional de 1988 está sendo descaracterizado. Está sendo descaracterizado o direito originário dos povos indígenas, o usufruto exclusivo de nossas terras está sendo descaracterizado e é necessário que haja uma reação enérgica nossa dizendo claramente 'não estamos felizes', 'não estamos contentes'. É fundamental fortalecer o Ministério dos Povos Indígenas, mas também direcionar a nossa cobrança para aqueles ministérios que não estão fazendo com que a nossa pauta ande.

Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Apib

O que fez o Supremo Tribunal Federal no ano passado dizer não a tese do Marco Temporal, o que vai fazer a lei Marco Temporal cair, o que vai fazer as nossas demarcações acontecerem não são só os advogados indígenas, não são só os nossos parentes que estão ocupando as instituições. É a força do nosso movimento, é a força das nossas heranças, é a força do nosso povo marchando esse Brasil todo para estar reunido aqui mais uma vez. É a força dos nossos mais velhos, que estão entre nós e os que já ancestralizaram. É a força da nossa Juventude que tá aqui bebendo nessa fonte de luta e resistindo mais uma vez, porque a gente já sabe que a história desse país ela é toda construída em cima do nosso sangue. Ela é toda um processo de negação dos direitos, dos nossos povos. Mas ela é principalmente, e isso os livros didáticos não contam, a história desse país é principalmente um processo de luta, de resistência dos povos indígenas. Ontem, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal deu mais um passo contra os nossos direitos. Mas eu tenho certeza que com a força de vocês, com a força nossa, conjuntamente, com toda a mobilização que está por vir, essa batalha também vai ser vencida. Com ela o jogo não acaba, são 524 anos lutando para resistir, são 524 anos de batalha. Mas vejam, nós estamos aqui celebrando os 20 anos de ATL e isso sim merece ser comemorado, porque isso significa que nós passamos por tudo isso. Nós sobrevivemos ao governo Bolsonaro, derrubamos Marco temporal no Supremo Tribunal Federal e vamos derrubar quantas vezes mais precisarem, porque como bem diz o lema desse evento: O nosso marco é ancestral.

Aléssia Tuxá, Defesora Pública

O nosso papel enquanto organizações indígenas, advogados indígenas e parceiros indigenistas não é trabalhar com coalisão. Nós não estamos aqui para fazer coalisão e vender, rifar os nossos direitos territoriais. Nós não negociamos com a tese do Marco temporal.

Kari Guajajara

A luta que enfrentamos no nosso território, todos nós povos indígenas, nossos caciques nossos pajés, nossas lideranças, todos os nossos povos sabem que o nosso direito ele é ancestral. O nosso direito é originário, ele precede, inclusive, a própria criação do Estado.

Jorge Tabajara

Eu trago a indignação dos anciões, eu trago a indignação das minhas lideranças, de várias lideranças que estão lá. Muitas vezes, quando a gente começa a explicar o que é o Marco Temporal, eles não sabem nem para onde vai. Mas o amor que eles têm pela terra, o amor que nós temos pela aquela que é sagrada para nós, que é a terra, que está totalmente ameaçada. Se realmente se consolidar e o Marco Temporal realmente for aprovado, nós estamos liquidados.

Dimas Fulni-ô, Advogado Indígena































6 - Nós sempre estaremos aqui!

Na invasão desse país nós fomos vítima nessa Trama, eu nem sei se chamo de Brasil ou se chamo Pindorama. Foram muitas lutas e muitas dores que ficaram gravadas na memória, seja Povo do Nordeste, do Sudeste ou do Norte, ou mulher indígena protagonista dessa história... ser liderança, mulher indígena é ter cultura, beleza e identidade, ter o reconhecimento, a força da ancestralidade. Aqui em Brasília, assim como nos territórios, eu vi mulher assassinada. Aqui em Brasília, eu vi Galdino ser queimado, eu vi a justiça cega e o direito ser sequestrado. Mas a nossa força espiritual é o que sustenta o nosso existir. Quantas vezes eu vi o Marco Temporal e chover no congresso nacional com o Toré e a força de fogo da reza das mulheres Guarani. Respeito os povos originários com a força tradicional, porque o nosso Marco não começa em 88, o nosso marco é ancestral. Nós somos o povo que resiste pela força do lutar, nós chegamos para ressignificar a política... Nós somos o povo que resiste pela força do cantar, antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar.

Célia Xakriabá, Deputada Federal

Eu vim até aqui hoje para dizer: chega! O nosso sangue não pode continuar sendo derramado. As nossas crianças não podem continuar sendo assassinadas, como está acontecendo com as crianças Yanomami, ainda do reflexo do governo passado. Não podemos continuar assistindo os povos indígenas da região nordeste brasileira sendo tratados como invasores das nossas próprias terras. Nós sempre estivemos aqui! Nós sempre estivemos aqui! Não fomos nós que invadimos terra de ninguém. Chega! Demarcação já! Demarcação já!

Diga ao povo que avance..

Cacique Neguinho Truká

As autoridades aqui no Brasil devem reconhecer os povos originários, que esse Brasil é a nossa terra. Vocês invadiram a nossa terra Brasil.

Agnelo Xavante, COIAB

Eu trago a voz do vento, a voz de outros animais. Eu trago a voz dos nossos antepassados e trago a voz das nossas descendências, das nossas crianças e dos nossos jovens. E dizer que eu trago a voz das árvores, plantas, serras e águas e rios porque também são seres, também são nossos irmãos e irmãs. São vida, têm vida. E eles e elas também moram lá nos nossos território. Eles continuam morando lá desde sempre, para sempre. Não há marco temporal para eles e elas.

Elisa Pankararu, Antropóloga e Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME

Esse processo do marco temporal fere o direito dos povos indígenas. Por isso estou aqui, eu e minha prima, representando a geração da terra indígena Jaraguá e nós vamos continuar lutando, lutaremos pelas gerações e continuaremos existindo nesse território.

Thiago Guarani

Venho aqui falar da importância da trajetória dos povos indígenas, da luta dos povos indígenas. Ela se deu desde a época da invasão no período colonial, depois na ditadura e nos tempos de hoje, que se diz democracia. Então houve assassinatos, injustiças e não houve uma reparação até os dias de hoje...É de grande importância contar a luta do movimento indígena brasileiro e das organizações que juntas formam a APIB e a luta no cenário nacional.

Marcos Sabaru, Assessor Político da APOINME

Os nossos direitos estão sendo moeda de troca, os nossos direitos estão em negociação e eles querem que a gente também vá para negociar os nossos direitos. Eles querem que nós negociemos os nossos direitos, abrir nossos territórios para mineração.

Auricélia Arapiun, Coiab

































Sobre os organizadores



Carmen Lúcia Silva Lima

Bacharel em Ciências Sociais pela UFC. Mestre e doutora em Antropologia pela UFPE. Pós-doutora em Cartografia Social e Política da Amazônia pela UEMA. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPI. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização do CNPQ/UFPI, coordenadora do Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA/UFPI. Bolsista Produtividade em Pesquisa - PQ2 do CNPQ.



Evangelina da Silva Sousa

Administradora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (2020), linha de pesquisa: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade - com Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho (Doutoramento em Marketing e Estratégia). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede Prodema-UFPI (2015).



Flávia Lorene Sampaio Barbosa

Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), docente efetiva do Curso Superior em Tecnologia de Gestão de Dados do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), docente permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública (PPGP), e pesquisadora integrante do Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública (NUPEGEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Áreas de investigação: estudos interdisciplinares em Gestão Social e Gestão Pública, e em educação, trabalho e subjetividade.



Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Professor efetivo do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (2002) e em Ciências Sociais pela ULBRA (2017), Especialização em Gestão Para o Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal de Roraima (2004), em História e Cultura Afro-brasileira e Educação Indígena pela FACIBE (2024); mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - 2009 e 2014 respectivamente.

O ATL é uma expressão incontestável da resistência indígena que vem sendo forjada ao longo de mais de 524 anos. Como bem registrou a APIB (2024), ao longo dos tempos, os povos indígenas no Brasil elaboraram uma compreensão crescente das pautas comuns. Regionalmente, unificaram os esforços voltados à defesa dos territórios e direitos específicos. Nacionalmente, por meio da articulação de diferentes povos, a luta por políticas públicas diferenciadas se fortaleceu. A construção de alianças na esfera regional e nacional promoveu a unidade e fortaleceu o movimento indígena, favorecendo, ao longo desses últimos 20 anos, a construção do ATL.

Que o Caderno Iconográfico ATL 2024 seja uma forma eficaz de comunicar essa história e de contribuir para a divulgação da memória deste evento admirável. Que as imagens apresentadas sejam capazes de comunicar a grandeza da mobilização étnica indígena protagonizada durante este acontecimento e que os leitores tenham a sensibilidade para compreender, por meio delas, a importância dos povos indígenas.

